

## SOBRE POTENCIALIDADES DA HISTÓRIA ORAL COMO ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA DISCIPLINA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

*Vinícius Sanches Tizzo*  
UNESP – Rio Claro  
[viniciustizzo@hotmail.com](mailto:viniciustizzo@hotmail.com)

*Heloisa da Silva*  
UNESP – Rio Claro  
[heloisas@rc.unesp.br](mailto:heloisas@rc.unesp.br)

### **Resumo:**

Este texto aborda resultados parciais vinculados a uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento junto ao programa de Pós-graduação em Educação Matemática da Unesp – Rio Claro, cujo objetivo é analisar de que modo e em que medida a História Oral contribui como abordagem didático-pedagógica para a disciplina de Política Educacional Brasileira (PEB) na formação do professor de Matemática ou, de outro modo, analisar as potencialidades da História Oral como uma abordagem possível para o tratamento de temas trabalhados em tal disciplina. O trabalho desenvolvido junto à disciplina de PEB, cuja análise também encontra-se relatada neste texto, buscou envolver os futuros professores que estão em processo de formação em situações que os colocassem diante de enfrentamentos que a futura carreira docente irá exigir, partindo do pressuposto de que a História Oral pode colaborar para uma formação que, ao valorizar o contato do futuro professor com experiências narradas, por colegas e professores, sobre situações reais de ensino, este será colocado em um exercício de compreensão dos aspectos que as circundam.

**Palavras-chave:** Formação de professores de Matemática; Política Educacional Brasileira; História Oral.

### **1. Introdução**

Este artigo baseia-se em estudos parciais vinculados a uma pesquisa de mestrado<sup>1</sup>, cujo o objetivo é aplicar e analisar estratégias elaboradas de ensino que permitam compreender de que modo e em que medida, a História Oral (HO) contribui como abordagem didático-pedagógica em uma disciplina de caráter pedagógico de um curso de formação de professores de Matemática, a saber, a disciplina de Política Educacional

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa, iniciada no primeiro semestre do ano de 2012, no programa de Pós-graduação em Educação Matemática da Unesp/Rio Claro (PPGEM/UNESP), tem a FAPESP como agência de fomento.

Brasileira (PEB), oferecida ao curso de Licenciatura em Matemática, da Universidade Estadual Paulista/Unesp, câmpus de Rio Claro.

Tal pesquisa está vinculada a outros dois projetos. Um<sup>2</sup> deles tem por objetivo elaborar, aplicar e analisar estratégias de formação de professores de Matemática em disciplinas de Licenciatura em Matemática, de forma que a HO participe como abordagem significativa. Quanto ao segundo, trata-se de um projeto mais amplo e de maior duração, desenvolvido atualmente pelo GHOEM<sup>3</sup>, que tem por objetivo delinear um “mapa de movimentação” sobre a formação de professores de Matemática no Brasil (GARNICA, 2002).

Um exercício fundamental desta pesquisa é apresentar a HO como uma abordagem possível para o tratamento dos temas trabalhados na disciplina de PEB. Nossa intenção é levantar possibilidades didático-pedagógicas, levando em consideração as potencialidades dos recursos da HO. Pretendemos então, envolver os futuros professores em situações que os coloquem diante de enfrentamentos que a futura carreira docente irá exigir.

Neste estudo, propomos uma intervenção de ensino cuidadosamente pensada na disciplina de PEB e, portanto, assentada em pressupostos claros para evitar uma mera experimentação, ou seja, analisamos um conjunto de referências e sugerimos uma abordagem, uma estratégia, que seja potencialmente significativa para a sala de aula de PEB. O trabalho junto a esta disciplina buscou implementar efetivamente essa proposta e esta pesquisa analisa tal implementação, seus altos e baixos, suas potencialidades no caso específico dessa disciplina, sala de aula, curso de Matemática e universidade. Logo não se trata de ver se a proposta funcionou ou não, mas de entender como ela funcionou.

Muitos dos trabalhos desenvolvidos no GHOEM<sup>4</sup>, tendo a HO como abordagem, apontam para a importância de se lançar uma atenção especial para as narrativas dos diversos atores do processo educativo, tais como professores, ex-professores, dirigentes, funcionários, dentre outros. Esses depoimentos tendem a contribuir substancialmente com o trabalho de investigação de como tem ocorrido a formação de professores que ensinam Matemática. Essas pesquisas buscam revelar de que forma o referencial teórico-metodológico da HO permite estabelecer conexões entre significados de narrativas orais e escritas, permitindo uma discussão daquilo que mantém e daquilo que se altera no

---

<sup>2</sup> Projeto coordenado pela orientadora da pesquisa e segunda autora deste texto.

<sup>3</sup> Grupo História Oral e Educação Matemática, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica (Depto de Matemática – UNESP/Bauru e PPGEM – UNESP/Rio Claro). Site do grupo: [www.ghoem.com](http://www.ghoem.com)

<sup>4</sup> Para consultar os trabalhos do GHOEM, acessar o site citado na nota de rodapé anterior.

cotidiano de professores de Matemática. Tais discussões permitem a indicação de tendências que se apresentaram durante as práticas do professor de Matemática e, por isso, tornam-se significativas de serem analisadas em sua formação inicial e continuada.

Especificamente neste trabalho, a HO tem dupla função: é usada como estratégia de intervenção – na disciplina específica de PEB do curso de Matemática – mas indica, também, estratégias de análise, ou seja, os pressupostos que fazem parte do trabalho com HO, como a própria metodologia, estão também nos auxiliando a analisar os resultados da estratégia proposta para formar professores de Matemática. Assim, a HO participa como forma de intervenção e como pressuposto para análise. Compreendemos que há, nestes aspectos, duas instâncias distintas, mas próximas: a de intervenção e a de análise da intervenção.

Concordamos com Shulman (1986) e com muitos outros autores, ao afirmarem que o professor está em formação, em certo sentido, desde o dia em que nasceu, de que suas experiências como aluno corroboraram momentos em que ele já refletiu sobre o significado de certas práticas de ensino ou simplesmente as absorveu. Portanto, muitos já aderem ao fato de que um curso de licenciatura deva se valer dessas experiências de alunos, promover situações que os façam compartilhar sobre suas crenças e discutir sobre as consequências que elas podem ter no contexto escolar ou de salas de aula.

Tais situações, por sua vez, concordamos, devem envolver os mais variados temas, desde gerenciamento de sala de aula, o conhecimento pedagógico do conteúdo matemático (Shulman, 1989), até situações relacionadas a escola como um todo. Ou seja, por impossível que seja o mapeamento, *a priori*, das possibilidades de produção de significados para determinados temas ou situações pelos alunos, discussões sobre essas possibilidades em um curso de formação colocam o futuro professor em conjunturas nas quais ele tem que decidir sobre como atuar na escola ou em sala de aula. Já que, possivelmente, esse aluno do curso de licenciatura não teve contato com a escola enquanto docente e, portanto, com as possibilidades de situações que envolvem essa instituição, a sala de aula e o próprio professor, as discussões podem girar em torno de suas próprias experiências como aluno, das experiências de seus colegas, do professor formador e de professores em serviço que possam participar dessas discussões.

É nesse sentido que o ponto crucial do projeto, cuja experiência aqui está relatada, propõe o uso de estratégias de formação que coloquem professores e futuros professores em maior contato com estruturas e tendências educacionais que os ajudem a compreender

os significados de determinadas situações de sala de aula e da escola que, ainda que sejam singulares e não suas, os colocam frente a experiências que poderiam ser suas e sobre as quais podem fazê-los refletir sobre decisões que terão de tomar rotineiramente ao iniciar sua docência ou em algum momento dela.

Esta não é uma tentativa de subverter a forma tradicional com que os temas da disciplina de PEB são trabalhados – leituras e discussões de documentos e artigos generalistas sobre estruturas e funcionamentos de ensinos – embora consideremos imprescindível o estudo de fontes outras, de naturezas variadas. Assim como em Togura & Souza (2012), o que buscamos é o reconhecimento de que cada forma de trabalho possui sua potencialidade e sua limitação e que, por isso, articuladas, ampliam as possibilidades de aprendizagem.

Considerando que a HO têm trazido contribuições para as pesquisas acadêmico-científicas da Educação Matemática, pressupomos que ela também possa fazê-las na formação de professores de Matemática. Sugerimos assim, que a HO pode colaborar para uma formação que, ao valorizar o contato do futuro professor com experiências narradas (por colegas e professores) sobre situações reais de ensino, o coloque em um exercício de compreensão dos aspectos que as circundam, tentando estabelecer coerências para as afirmações dos relatos, os significados destes para o ensino e situações da escola. No que se refere à disciplina de PEB, confiamos que uma entrevista com um(a) professor(a) que vivenciou a vigência de uma certa lei educacional, bem como os significados e influências que essa lei possa ter tido sobre a sua prática, por exemplo, torna o estudo potencialmente mais relevante para o futuro professor.

Antes de relatarmos as atividades que envolveram a utilização da História Oral na disciplina de PEB, apresentaremos alguns aspectos relacionados à estrutura e funcionamento da educação básica, por ser este assunto que norteia as discussões na disciplina de PEB. Enfatizaremos, principalmente, os temas trabalhados na disciplina, trazendo inclusive, alguns recortes da entrevista cedida pela professora que ministra tal disciplina no curso de licenciatura em Matemática da Unesp/ Rio Claro, apontando o que, segundo ela, é importante ser trabalhado nessa disciplina.

## **2. Alguns aspectos da estrutura e funcionamento da educação básica desenvolvidos na disciplina Política Educacional Brasileira**

O estudo de textos que dissertam sobre as implementações das políticas educacionais e seus reflexos sobre a estrutura e o funcionamento da educação brasileira torna-se necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, pois propomos uma intervenção na disciplina de PEB, responsável, no curso de licenciatura em questão, pela discussão de tais temas.

Os trabalhos de Abdala (2004), Diniz-Pereira (1999), Carvalho (2005), Meneses et al (1998), Oliveira (2007) e Saviani (2006) fazem referência a esses assuntos e apresentam reflexões sobre a trajetória e a temática da disciplina de PEB. Estes textos proporcionam, por exemplo, a compreensão sobre a situação econômica, política e educacional do Brasil em meados dos anos oitenta e noventa, época em que o governo adequou mudanças consideráveis, principalmente na educação superior. Os autores analisam as recentes políticas educacionais para a formação docente no Brasil, principalmente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

Como se sabe, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – lei nº 9.394/96) foi, sem dúvida alguma, responsável por uma nova onda de debates sobre a formação docente no Brasil. Antes mesmo da aprovação dessa lei, o seu longo trânsito no Congresso Nacional suscitou discussões a respeito do novo modelo educacional para o Brasil e, mais especificamente, sobre os novos parâmetros para a formação de professores (DINIZ-PEREIRA, 1999, p. 110).

Para a elaboração deste texto buscamos informações em trabalhos que fizessem referência ao período de implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pois concordamos com Weber (2004) de que é em meio a um contexto de debates sobre a qualidade do ensino e da educação e do seu papel na construção da sociedade brasileira democrática, que a lei nº 9.394 de 1996 é sancionada<sup>5</sup>. O autor pondera que este deve ser considerado um marco da discussão atual sobre a formação de professores.

---

<sup>5</sup> Promulgada em 20 de dezembro de 1996, a LDB define as Diretrizes e Bases que orientam a educação nacional em seus diversos níveis e destaca-se porque: 1. promove a descentralização e autonomia das escolas e universidades; 2. permite a criação de um processo regular de avaliação do ensino brasileiro; 3. promove também a autonomia dos sistemas de ensino; 4. visa a valorização do professor e do Magistério. A finalidade desta lei é ajustar os princípios enunciados no texto constitucional para a sua aplicação em situações reais que envolvem várias questões, entre elas: o funcionamento das redes de ensino; a formação de especialistas e docentes; as condições de matrículas; o aproveitamento da aprendizagem e promoção dos alunos; a participação do poder público e da iniciativa privada no esforço educacional; a superior administração dos sistemas de ensino; as peculiaridades que caracterizam a ação didática nas diversas regiões do país. Considerando a multiplicidade da realidade do país, a LDBEN é uma lei indicativa e não resolutiva. Portanto, trata das questões da educação de forma generalizada e sintética, sendo o detalhamento do funcionamento do sistema objeto de decretos, resoluções, portarias e deliberações.

Segundo Saviani (2006), o estudo histórico sobre a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se faz necessário por propiciar uma análise de sua trajetória, de seu significado social e pedagógico, assim como de seus limites e perspectivas. Para esse autor, por ser a principal lei da educação no país, todos os professores de todas as modalidades e níveis de ensino necessitam, pois, conhecê-la.

A obra de Meneses et al (1998) trata de aspectos específicos e inerentes a estrutura e ao funcionamento da educação básica brasileira. A partir dela, é possível aprofundar os estudos sobre os temas que constituem a disciplina de PEB, tais como, os fundamentos e objetivos da educação básica; a apresentação da evolução da instituição escolar; o estudo sobre os planos e políticas de educação no Brasil; as questões relacionadas ao sistema escolar, principalmente com relação à estrutura e ao funcionamento do sistema; a estrutura administrativa da educação básica; a estrutura didática; as orientações didáticas na lei de Diretrizes e Bases; a Educação Infantil; o Ensino Médio; o Ensino Médio e a Educação Profissional; os recursos financeiros; a gestão da escola; as relações da escola com a comunidade; e a profissão de professor.

Abdala (2004) chama a atenção para a necessidade de que disciplinas que possuam uma proposta como a de PEB, devam se dedicar, ao iniciar o estudo de cada tema, a uma discussão sobre os aspectos históricos desses temas, como por exemplo, as várias tramitações de uma lei antes de ser sancionada. De acordo com a autora, essa discussão histórica permitirá aos alunos da disciplina compreender de que forma se estruturou e como tem se dado o funcionamento da educação básica brasileira. Além do mais, concordamos que os “alunos, futuros professores, devam, não somente conhecer, mas refletir sobre as condições delimitadas pela legislação e pela constituição histórica da área educacional na qual irão atuar” (ABDALA, 2004, p. 2).

No mesmo texto, Abdala (2004) tece considerações sobre a composição da ementa de disciplinas que se proponham a trabalhar com os aspectos políticos e educacionais em cursos de licenciatura. Segundo a autora, a reflexão histórica se faz necessária, porém os assuntos abordados devem perpassar a análise das implicações histórico-sociais do fenômeno educacional. Este deve ser considerado um ponto de partida, para se chegar às discussões acerca das relações atuais entre escola e sociedade. Para tanto, a autora sugere que disciplinas com o caráter de PEB devem enfatizar os seguintes temas: políticas públicas de educação, organização do sistema escolar e recursos financeiros para a educação.

Oliveira (2007) faz referência à disciplina de PEB, antes denominada por Estrutura e Funcionamento do Ensino, desde sua constituição em meados dos anos de 1960. A autora descreve que, embora na origem dessa disciplina pese sua relevância pedagógica, na concepção e no interesse dos alunos, ela parece situada em segundo plano. Acrescenta que muitas das críticas feitas pelos alunos se referem ao fato de que os programas centram seus conteúdos nos aspectos legais. Segundo a autora, essa crítica, talvez, deva-se à forma como essa disciplina foi concebida em sua origem no contexto da reforma educacional, pós-golpe militar de 1964, época em que os planos curriculares desta disciplina enfatizavam o estudo da legislação do ensino (lei 5.692/71), “como se essa lei tivesse o poder, por si só, de gerar a escola que aí está e/ou de transformá-la” (OLIVEIRA, 2007, p. 01). A autora faz um levantamento histórico sobre a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino nos cursos de Pedagogia e nas licenciaturas e apresenta argumentos que, segundo ela, justificam a inserção da expressão “Políticas Educacionais” na denominação de uma disciplina específica nessas modalidades de formação.

[...] percebemos existir uma certa tendência nessa mudança da denominação da disciplina, talvez na tentativa de livrá-la dessa carga histórica de "matéria chata" que estuda as leis educacionais. Mas por outro lado, parece haver um certo sentido na tentativa de aproximá-la das disciplinas compreendidas como "fundamentos da educação". É também nesse sentido que a Política Educacional (até então ausente, pelo menos de forma explícita, nos currículos dos cursos de formação de profissionais da educação) passa a ser o eixo central da disciplina, sem, contudo perder a ênfase na estrutura e na organização da educação nacional, que não dispensa a legislação como fio condutor e enquanto institucionalização jurídica das políticas oficiais (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

A seguir, passamos a descrever, com maior ênfase, as particularidades da disciplina de PEB, oferecida junto ao curso de Licenciatura em Matemática da Unesp/Rio Claro. Trata-se de uma disciplina de caráter obrigatório e recomendada aos alunos que estejam cursando o sétimo semestre da graduação. Embora seja uma disciplina ministrada aos alunos do curso de licenciatura em Matemática, o Departamento de Educação é o responsável pelo oferecimento e pela manutenção da disciplina.

O programa da disciplina de PEB oferecida no curso de licenciatura em que desenvolvemos nossas atividades prevê que o aluno, a partir das discussões durante as aulas, seja capaz de: analisar, com a necessária fundamentação teórica, as atuais políticas públicas para a educação; refletir sobre a problemática da educação, enfatizando os níveis fundamental e médio, em uma perspectiva de totalidade, apreendendo seus determinantes

sociais, econômicos, políticos e culturais; identificar a relação entre a política educacional e a organização e o funcionamento da unidade escolar; compreender o texto das leis envolvido em um contexto social demarcado pelas contradições emergentes; identificar o inter-relacionamento entre o processo educacional e o exercício profissional do educador.

Os tópicos que caracterizam as unidades do programa de ensino sugerem a compreensão dos determinantes políticos e sociais que interferem na proposta legislativa de ensino e nos projetos educacionais, bem como oportunidade de identificação dos significados e metas dos ensinos Fundamental e Médio e o estudo de sua dinâmica, sua inscrição no contexto social e no sistema escolar a fim de que os alunos possam desenvolver uma atitude consciente de participação no processo educacional, enquanto docentes e/ou especialistas em Educação na Matemática.

Em entrevista realizada com a professora responsável pela disciplina de PEB no curso de licenciatura em Matemática da Unesp/Rio Claro, são apresentados argumentos que, segundo ela, justificam a importância de uma disciplina como essa em um curso de licenciatura.

A disciplina de Política Educacional Brasileira é de grande importância aos cursos de licenciatura porque ela propicia a chance de entendimento do sistema educacional brasileiro, possibilita, aos alunos, a reflexão das contradições e das formas de organização exigidas pelo trabalho e a vida. Além disso, possibilita a compreensão do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de liberdade, solidariedade, democracia e justiça social (Relato da professora responsável pela disciplina PEB).

A professora aponta que, atualmente, a política educacional brasileira é considerada aberta, ou seja, uma política em desenvolvimento, em processo. Segundo a mesma professora, nem sempre foi assim, pois, no início, essa política era vista como fechada, o que significa que existia um modelo de formação estruturado e que todos deveriam chegar a determinado final.

Algo que nos chamou a atenção foi o fato de os temas propostos para pesquisa pela professora aos alunos, serem diferentes daqueles trabalhados em sala de aula. Ao ser questionada sobre isso, a professora afirmou que:

Ao levantar os temas a serem propostos aos alunos, pensei no programa da disciplina, que estava seguindo, mas, imediatamente julguei que o estudo por temas sugere que além da teoria outros mais devam aparecer, principalmente os ligados a prática, pois em minha opinião, isso daria uma feição diferente a disciplina, além de ficar mais interessante para os alunos, como a Violência nas Escolas<sup>6</sup>, que não faz parte do programa,

---

<sup>6</sup> Este foi um dos temas proposto pela professora e escolhido por duas duplas de alunos.

mas é uma questão que os alunos irão se deparar na escola; Falta de Interesse dos Alunos da Escola Fundamental, da Escola Média, por exemplo, são temas que envolvem política, avaliação (Relato da professora responsável pela disciplina PEB).

Nesta mesma entrevista, a professora disse conhecer a HO, pois durante seu doutoramento ela fez algumas leituras relacionadas a este método de trabalho científico, pois trabalhou com entrevistas para coleta de dados. Inclusive, afirmou que em outras ocasiões almejou inserir essa metodologia durante a disciplina, mas, por motivos que ela mesma desconhece, uma atividade nos moldes da que propomos acabou não se realizando.

### **3. Sobre a elaboração, aplicação e análise das estratégias desenvolvidas**

Para a elaboração das estratégias em que a HO participasse como uma abordagem didático-pedagógica na disciplina de PEB, primeiramente investigamos os assuntos nela tratados. Para tanto, tivemos acesso ao seu programa e estabelecemos contato com a professora que a ministrava com o intuito de conhecermos, também, o plano de atividades que desenvolvia junto à disciplina de PEB daquele curso e de propormos uma parceria para o desenvolvimento do nosso trabalho. O consentimento da parceria pela professora nos permitiu acompanhar as aulas da disciplina e, com isso, levantar os temas que seriam abordados durante o curso. A partir de então, foi possível elencar procedimentos comuns à História Oral, potenciais para o tratamento de tais temas naquela disciplina e, portanto, na formação daqueles futuros professores de Matemática.

Nossa intervenção foi proposta e realizada ao longo do primeiro semestre de 2012. As aulas aconteciam às segundas e quartas-feiras. No início do período letivo, além da análise do plano de atividades da disciplina, o pesquisador acompanhou, presencialmente, as aulas da disciplina PEB, com o propósito de se familiarizar com o trabalho dos alunos, com a professora, conhecer a dinâmica das atividades que eram desenvolvidas na disciplina PEB, além de conhecer os temas que eram desenvolvidos durante as aulas.

Iniciamos a intervenção, propriamente dita, com os alunos, em meados do mês de março. À medida que as aulas eram ministradas, íamos apresentando aos alunos trabalhos desenvolvidos pelo GHOEM, entrevistas, transcrições e textualizações. Nossa intenção era familiarizá-los com os procedimentos que posteriormente teriam que desenvolver. Sempre, ao final de cada aula, marcávamos uma conversa para esclarecer as dúvidas sobre o método a ser empregado na atividade e, posteriormente, esses esclarecimentos eram feitos via e-mail.

Na ocasião de apresentação da proposta de trabalho e seleção dos temas pelos grupos, solicitamos aos acadêmicos da disciplina de PEB que justificassem, por meio do que denominamos *memórias individuais*, o interesse pelo tema escolhido, bem como o que já conheciam sobre este tema e quais questionamentos gostariam de propor para um professor em serviço que aceitasse fornecer entrevista sobre o tema. Nosso propósito com essa atividade foi alçar as perspectivas dos alunos com relação ao trabalho que teriam que desenvolver, com um tema de sua escolha, dentre os diversos apresentados.

Os temas elencados durante a atividade proposta aos alunos da disciplina PEB foram: Educação e Política no Brasil; Memória: alguns aspectos da política educacional brasileira; Debate entre Exclusão e Inclusão; Educação x Professor de Matemática: métodos avaliativos no âmbito da sala de aula e cotidiano e Violência nas escolas. Tais temas foram elencados pela professora da disciplina e trabalhados, separadamente, por seis grupos de alunos, que livremente puderam selecionar aquele que mais lhes atraía.

Após a atividade de elaboração das memórias individuais, partiu-se para o estudo dos referenciais relacionados a cada tema. Tais textos foram sugeridos pela professora que ministra a disciplina de PEB e pelos pesquisadores. Esse momento do trabalho teve por finalidade, assegurar, aos acadêmicos, informações sobre o tema em questão, inclusive fornecendo subsídios para a complementação das questões do roteiro de entrevista com um professor em serviço. Esses textos foram lidos e, em alguns momentos, discutidos entre alunos, professora responsável pela disciplina e pesquisadores.

Finalizado o roteiro, os grupos realizaram contato com o professor a ser entrevistado. Na maior parte dos casos, esse contato ocorreu nas escolas onde os alunos da disciplina de PEB realizam seus estágios obrigatórios. Eles buscaram por profissionais que conheciam para facilitar a apresentação da proposta. Aos professores que aceitaram colaborar com a atividade, primeiramente, foi entregue uma carta de apresentação da mesma<sup>7</sup>.

Com relação à entrevista propriamente dita, esta foi realizada de acordo com as possibilidades de cada professor entrevistado, sendo, inclusive, atendidos os pedidos de alguns professores para terem acesso ao roteiro previamente à realização da mesma. O

---

<sup>7</sup> Este documento teve por intenção descrever ao entrevistado algumas particularidades da atividade, tais como: objetivo, método de pesquisa, forma como a entrevista será recolhida e procedimentos a serem empregados no tratamento de tal entrevista. Além desta carta para o professor, também foi apresentada outra carta ao diretor da escola, situando-o acerca dos objetivos da atividade e da realização da entrevista nas dependências da escola.

roteiro funcionou como um guia maleável, já que em todos os casos, novas questões emergiam, à medida que a entrevista era conduzida.

Essas entrevistas foram áudio-gravadas e, posteriormente, submetidas a um processo que em HO conhecemos como “transcrição”. Esse é o momento da passagem do oral (a gravação) para o escrito (texto da entrevista autorizada pelo colaborador). Esta é a primeira instância do processo de registro escrito do material oral colhido na entrevista.

Em seguida a essa transcrição literal das entrevistas, os alunos da disciplina iniciaram a fase de “textualização”, que, de acordo com Garnica (2003),

[...] é o momento em que o pesquisador transforma mais radicalmente a transcrição, reordenando cronologicamente as informações e constituindo um texto coeso, pleno, sem os momentos de perguntas e respostas, assumindo para si a primeira pessoa do narrador. A textualização é um texto do historiador que respeita os dados do depoimento, mas está essencialmente alterado em seu estilo (p. 17).

Esse foi um momento importante para os alunos, pois entendemos que, ao textualizar suas entrevistas, o pesquisador o faz com os olhos de quem analisa determinado(s) fenômeno(s) – isto é, busca responder determinadas questões de cunho (histórico, prático ou teórico) – e esse processo o ajuda a relacionar as experiências (ou fatos) contadas (os) às discussões teóricas já estudadas, conduzindo-o a novas análises e considerações sobre o tema pesquisado. Com essa atividade, pretendeu-se promover uma situação de análise por parte dos acadêmicos, similar à análise do pesquisador ao textualizar suas entrevistas, usando a metodologia da HO.

Posteriormente a textualização, última etapa prevista em nossa intervenção, os alunos da disciplina de PEB, envolvidos na atividade proposta, tiveram a oportunidade de apresentar aos seus pares, ao professor e aos pesquisadores, suas impressões, facilidades e dificuldades durante a realização do trabalho. Nesse momento, os alunos da turma puderam conhecer a investigação relacionada ao tema de cada colega. Em tais apresentações, filmadas pelos pesquisadores, foi possível conhecer as narrativas registradas a partir das entrevistas gravadas, posteriormente transcritas, e os modos como os alunos compreenderam e consideraram o que foi narrado pelos profissionais durante aquele contato e nas discussões promovidas ao longo do desenvolvimento das propostas na disciplina.

Embora, depois dessas apresentações, a disciplina de PEB tenha sido finalizada, os acadêmicos e pesquisadores retomaram o contato com os respectivos professores

entrevistados para que estes tivessem acesso às transcrições e textualizações geradas a partir da entrevista e, para garantir direito total em relação às suas memórias, puderam vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgaram passíveis de veto, alteração e/ou complementação. Com isso, observamos que os acadêmicos puderam discutir em mais esse momento, sobre o tema pesquisado, com o professor em serviço.

Após essa leitura das textualizações feitas por cada depoente, os alunos realizaram o trabalho de modificar aquilo que cada colaborador sugeriu ser inserido, ou retirado de seu depoimento. Após chegarem a um consenso, ou seja, a uma versão da textualização que satisfizesse o professor colaborador e o aluno entrevistador, solicitou-se ao professor a assinatura de uma carta de cessão de direitos autorizando a posterior publicação de seu nome e utilização da entrevista concedida<sup>8</sup>.

No momento, encontramos-nos entre os processos de transcrição, textualização e devolutiva das entrevistas realizadas com os alunos e professora da disciplina de PEB sobre suas impressões com relação a atividade que realizamos. Compreendemos as devolutivas como um momento de legitimação, por parte dos entrevistados, de todas as informações que foram prestadas durante a entrevista. Silva e Santos (2012) afirmam que a textualização, ao passar por esse processo de legitimação, torna-se um novo objeto:

[...] – no sentido de que não se trata mais nem do que ocorreu no momento da entrevista nem da transcrição do registro daquele momento – para o qual o entrevistado produz novos significados ao ler e sugerir alterações e acréscimos. Todo esse processo de textualização (ou seja, em seu desenvolvimento), pode ser visto como um processo colaborativo entre aquele que quer se fazer entendido – o entrevistado – e aquele que almeja produzir um texto com os pensamentos do outro – o pesquisador-entrevistador (p. 116).

Concordamos com esses autores ao afirmarem que o processo de textualização em um trabalho envolvendo a HO, vai além de um conjunto de informações coletadas durante a realização do trabalho.

[...] nas pesquisas em História Oral, essas textualizações não se constituem como uma apresentação dos dados, para que depois o pesquisador teça suas análises, ou como um exercício analítico em si. Elas são narrativas apresentadas frente à intenção de dar acesso aos leitores e pesquisadores para que possam, se desejarem, tomá-las para outras pesquisas. As textualizações constituem-se como movimentos de

---

<sup>8</sup> Apenas um dos professores entrevistados preferiu não se identificar. Segundo ele, sua entrevista aponta para alguns pontos polêmicos da Educação e, por isso, gostaria de não se comprometer. Contudo, gostaria que as informações prestadas fossem registradas sugeriu que, ao invés de seu nome, fosse utilizado um pseudônimo. Essa solicitação foi respeitada e atendida.

análises, movimentos de teorizações, construções narrativas que possibilitam compreensões do tema pesquisado (p. 115).

Segundo Garnica, Fernandes e Silva (2011) a textualização é vista por nós, pesquisadores em HO, como um documento histórico. Os autores afirmam que “uma das funções da História Oral é, segundo nossas concepções, intencionalmente constituir fontes (daí nossa disposição em tornar públicos, na íntegra, os documentos que elaboramos<sup>9</sup>)” (p. 237).

Silva e Santos (2012) complementam que o processo de textualização se aproxima do movimento de escrita, mas em um sentido de que o pesquisador escreve aquilo que acredita que o depoente escreveria, buscando se aproximar de um texto que o entrevistado reconheceria como seu. Contudo, mesmo que o pesquisador faça uso das mesmas expressões que o entrevistado, ele jamais conseguirá escrever as mesmas coisas, ou seja, “o pesquisador coloca-se em um movimento de instituir palavras, *plausivelmente*, de uma maneira que ele acredita que o entrevistado diria” (SILVA e SANTOS, 2012, p. 117).

#### **4. Alguns resultados e considerações**

Entendemos que a HO teve um papel significativo na abordagem dos temas propostos durante o curso, sendo a realização de entrevistas pelos estudantes da disciplina de PEB da Unesp/Rio Claro, com professores em início, meio e fim de carreira, e até mesmo profissionais aposentados, uma possibilidade de responder aos sentidos de realidades do seu campo profissional e, ao mesmo tempo, colaborar para o registro de significados dessas realidades. Foi possível permitir ao futuro professor acesso a depoimentos que revelassem experiências em sala de aula e suas cercanias, influenciadas pelo impacto das políticas públicas na Educação.

A elaboração do roteiro e o processo de transcrição das entrevistas pelos acadêmicos (seis, no total) revelaram um denso trabalho de pesquisa sobre os temas abordados por eles, além do próprio processo de nova escuta e, portanto, nova compreensão do relato dos professores entrevistados no processo de transcrição.

---

<sup>9</sup> Essa divulgação pública é feita nos relatórios de pesquisa (as dissertações e teses defendidas por membros do GHOEM), dado ser muito difícil, por exemplo, divulgar esses textos na íntegra, em outros tipos de produção, como artigos. Exceções ocorrem: exemplos são as textualizações publicadas por Garnica (2007) e Garnica e Toledo (2008).

Posteriormente, durante o processo de textualização, os alunos estiveram envolvidos em pesquisas sobre os significados de termos, conceitos, siglas, dentre outros, para alimentarem a textualização enquanto um documento histórico.

Quando questionados sobre suas impressões com relação à proposta de trabalho, os alunos revelaram que esta foi uma forma diferenciada de se trabalhar os temas da disciplina de PEB, ou seja, as aulas da disciplina não foram desenvolvidas apenas com leituras e discussões de textos<sup>10</sup>. Houve uma articulação entre o modo com que os temas, tradicionalmente, seriam trabalhados na disciplina e a proposta de estudo envolvendo a HO, pois esses textos que foram trabalhados durante as aulas, subsidiaram a estruturação do roteiro de questões para a entrevista.

Os alunos afirmaram que, sem essa atividade, perderiam a chance de trocar informações com profissionais ligados a escola sobre assuntos diretamente relacionados ao ambiente escolar.

Interrogados sobre os procedimentos metodológicos utilizados, esses alunos declararam que o método empregado para o desenvolvimento da atividade lhes permitiu conhecer aspectos novos sobre o tema, pensar sobre as repostas do professor entrevistado, principalmente durante o processo de textualização da entrevista. Nesta etapa, inclusive, houve a necessidade dos alunos saírem em busca de informações sobre as declarações do depoente, como por exemplo, no caso de uma das alunas que relatou um trabalho de pesquisa para inserir os significados de expressões que não conhecia, tais como: Neoliberalismo, Estado Mínimo, Mais – Valia, Progressão Continuada, Investimento a Fundo Perdido, entre outros.

Portanto, compreendemos que tais atividades serviram para sensibilizar os licenciandos para as disciplinas pedagógicas. A articulação entre as potencialidades dos métodos de trabalho ampliaram as possibilidades de conduzir os alunos a uma forma mais ativa de aprendizagem e de pesquisa. Essa proposta permitiu aos futuros professores de Matemática integrarem conhecimentos sobre as repercussões das políticas educacionais no cotidiano do professor, mediante o trabalho com narrativas. Além de mostrar a

---

<sup>10</sup> Para um dos acadêmicos entrevistado: “O fato de irmos em busca de um professor para conversar sobre um assunto que ele vivencia e que está sendo tratado em uma disciplina na universidade é importante”. Outra acadêmica declarou que: “Na universidade estamos acostumados apenas a consultar livros, autores. Essa proposta de trabalho com entrevistas é uma forma de investigar o que os profissionais estão vivendo no nosso futuro local de trabalho, a escola. Nesse sentido, imagino que essas pessoas têm muito a contribuir com a nossa formação. Acredito que todas as disciplinas da licenciatura em Matemática poderiam trabalhar seus temas através de uma abordagem como essa”.

possibilidade de mobilizar um alunado, geralmente resistente às disciplinas pedagógicas, de forma a estabelecer um diálogo saudável com o universo da cultura escolar, esse trabalho proporcionou a familiarização desses alunos com procedimentos de pesquisa, tais como: coleta, transcrição, textualização e análise de dados. Essa experiência lhes permitirá melhor compreender algumas das várias dimensões de sua atuação docente e instrumentalizar-se para novas pesquisas sobre a escola.

## 5. Referências bibliográficas

ABDALA, R. D. A História da Educação na Licenciatura. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação. 2004. **Anais do III CBHE**. Curitiba: PUC-PR, 2004.

CARVALHO, C.; INFORSATO, E. C.; MONFREDINI, I. Reforma do Estado e da Educação no Brasil Contemporâneo. In: VIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. 2005. **Modos de ser educador: Artes e Técnicas - Ciências e Políticas**, Águas de Lindóia: Unesp, 2005. p. 77-89.

DINIZ-PEREIRA, J. E. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para formação docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 68, p. 109-125, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a06v2068.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

GARNICA, A.V.M. **A Tessitura da trama: Memória, História, Oralidade, Pesquisa Qualitativa e Educação Matemática em um estudo de interfaces**. Projeto de Pesquisa – CNPq, 2002.

GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática: de um inventário a uma regulação. **Zetetiké**, Campinas, v. 11, n. 19, p.09-55, 01 jan. 2003.

GARNICA, A. V. M. **História Oral em Educação Matemática outros usos, outros abusos**. Guarapuava: SBHMat, 2007.

GARNICA, A. V. M.; TOLEDO, J. C. Resgatando oralidades para a História da Matemática e da Educação Matemática brasileiras: o primeiro Colóquio de Matemática (1957). **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 1, p. 39-78, 2008.

GARNICA, A. V. M.; FERNANDES, D. N.; SILVA, H. da. FERNANDES, D. N.; SILVA, H da. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre regime de historicidade e história oral. **Bolema**, Rio Claro, v. 25, n. 41, p. 213-250, dez. 2011.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS. **Reestruturação Curricular do Curso de Graduação em Matemática** – UNESP – Campus de Rio Claro, 2003. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/matematica/arquivos/novograd.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

MENESES, J. G. de C. [et al]. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**: Leituras. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

OLIVEIRA, M. N. Estrutura e Funcionamento do Ensino: a trajetória de uma disciplina. In: II Semana da pedagogia. **Anais...** Ilhéus: UESC, 2007. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/113\\_maria\\_neusa.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/113_maria_neusa.pdf). Acesso em: 20 jan. 2013.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação**: LDB trajetórias, limites e perspectivas. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

SHULMAN, L. Those who understand: knowledge growth in teaching. **Educational Researcher**, Washington, v. 15, n.2, p. 4-14, fev., 1986.

SILVA, H.; SANTOS, J. R. V. Sobre teorização, estética ficcional e algumas aproximações entre o Modelo dos Campos Semânticos e a História Oral. In: ANGELO, C. L. [et al] (Org.). **Modelo dos Campos Semânticos e Educação Matemática – 20 anos de história**. 1ed. São Paulo: Midiograf, v. único, p. 110-128, 2012.

TOGURA, T. C.; SOUZA, L. A. História oral: formação de professores de matemática. In: XI ESEM – Encontro Sul-Mato-Grossense de Educação Matemática. **Anais...** Nova Andradina – MS, p. 1-9, 2012.

WEBER, Silke. Formação de Professores e Políticas Educacionais. In: VIII Encontro Nacional de Educação Matemática. **Anais...** Recife: Sbem, 2004. p. 2-14.